

A POLÍTICA NA PEDRA

por

Maria Alice Samara¹

Resumo: Este artigo analisa um espaço central de Lisboa, partindo da ideia de que a política e as visões do mundo também se inscrevem na pedra, ou seja nos monumentos e na materialidade da cidade. O território entre a Praça do Marquês de Pombal e o Rossio é estudado levando em linha de conta tanto o que foi inscrito, como as manifestações que questionam e subvertem os sentidos do que foi inscrito, de modo a pensar o lugar como território de combate pela memória e pela história.

Palavras-chave: Cidade; Espaço; Política.

Abstract: This article analyses a central space in Lisbon, based on the idea that politics and world-views are also inscribed in stone, in the monuments and in the materiality of the city. The territory between Praça do Marquês de Pombal and Rossio is analysed taking into account both what has been inscribed, as well as the manifestations that question and subvert the original meanings, recognizing this space as a territory for fighting for memory and history.

Keywords: City; Space; Politics.

Este artigo estrutura-se a partir de fluxos e dinâmicas contemporâneas, que têm lugar num espaço central de Lisboa sobre o qual foi escrito um *texto* sendo, portanto, uma paisagem cultural e política². Ao fazer a sua leitura, partimos da ideia de que a política e as visões do mundo também se inscrevem na pedra³; que a sua análise nos diz o quão incompleta é uma versão do passado, que inclui na mesma medida que exclui; que a durabilidade e natureza do material com que se quis forjar a perenidade de uma visão do passado pode ser esquecida e mesmo subvertida. E que a cidade enquanto texto, em simultaneidade com as performances dos corpos que a habitam, é, também ela, um território dos combates pela memória e pela história.

¹ Doutorada em História Contemporânea é investigadora no IHC (NOVA-FCSH).

² Alderman, D. H. & Dwyer, O. J., "Memorials and Monuments". *International Encyclopedia of Human Geography*, 7, ed. R. Kitchin, N. Thrift (Oxford: Elsevier, 2009), 51-58.

³ A. Huyssse, *Present Past Urban Palimpsests and the Politics of Memory* (Stanford: Stanford University Press, 2003).

FLUXOS E DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS

Ao descer a Avenida da Liberdade, em Lisboa, nas comemorações do 25 de Abril, aniversário da revolução que pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974), os corpos tomam o espaço e politizam-no. Fazem-no numa das mais nobres artérias da capital, a metonímia da cidade neoliberal –, aliás, se a analisássemos em conjunturas pretéritas, podia ser também entendida como representativa da cidade romântica⁴. É, por isso, importante relembrar a leitura feita pelas gerações liberais da “cidade como *res publica*” e como “coisa sua”.⁵ No século XIX registou-se, aliás, um “(...) esforço de “mobilier” a cidade, investindo-a simultaneamente de significados de conteúdos cívico e pedagógico pela via da estatuária urbana”⁶. Durante o século XX, como veremos, também o poder mandou construir a sua versão da história na pedra. Assim, o espaço analisado é pontuado por escolhas, pela materialidade do que se decidiu ser lembrado.

A Avenida da Liberdade – o antigo *Passeio Público* –, com o seu património edificado, é a ilustração pungente de diferentes políticas urbanísticas, com os seus edifícios de diferentes épocas e estilos, do crescimento e transformação de Lisboa. É, muito provavelmente, a artéria com as lojas mais caras de Lisboa, onde os que são afastados da vida na cidade podem ver, mas não tocar, os produtos que lhes estão vedados. Arborizada e ajardinada, apesar do tráfego constante, é uma parte do roteiro turístico de uma cidade que nos últimos anos tem visto o número de visitantes aumentar, num fluxo constante – que divide a opinião dos seus habitantes.

Assim, ao descer a Avenida da Liberdade nas comemorações do 25 de Abril, os corpos, singulares, mas, na maior parte dos casos, incluídos em coletivos políticos e com entrada coreografada, performativamente, associam-se na celebração do passado, mantendo viva a data que querem como fundadora do regime democrático. Estes corpos tomam a rua e expressam-se. No desfile congregam-se as memórias do passado, da luta contra o Estado Novo, contra a ditadura e a opressão, com as questões do presente e as expectativas e reivindicações para o futuro. Ouvem-se as palavras de ordem “25 de Abril, Sempre! Fascismo, Nunca Mais!” mas outros atores e coletivos políticos como, por exemplo, associações de imigrantes, de mulheres e LGBTQI levantam diferentes questões. Recentemente, incluem também

⁴ Maria Helena Barreiros, “Arquitecturas do século XIX português. Entre o fim do absolutismo e a abertura da Avenida da Liberdade”. In *Arte Portuguesa. Da pré-história ao século XX. Da estética romântica à estética naturalista*, coordenação de Dalila Rodrigues, vol. 15 (Lisboa, Fubu Editores, 2009), 109.

⁵ Barreiros, “Arquitecturas do século XIX português...”, 109.

⁶ Barreiros, “Arquitecturas do século XIX português...”, 110.

as ambientais ou os direitos dos animais. Ou seja, as vozes do desfile abrem-se (num certo sentido, atualiza-se) a uma pluralidade de reivindicações e de causas.

É através deste fluxo contemporâneo dos corpos em Abril que definimos o território que analisámos neste artigo: entre o Marquês de Pombal e o Rossio (ou a Praça D. Pedro IV). A definição do espaço parte assim da contemporaneidade para a articular com o passado – que continua materialmente presente no espaço. A prática comemorativa e política do desfile do 25 de Abril – o presente – define e politiza o território que vai ser analisado, pensando a forma como as narrativas anteriores se inscreveram no espaço.

Trata-se assim de um espaço delimitado pela história, assumindo os monumentos como definidores e, em certo sentido, como elementos sacralizadores. Todos os monumentos são a versão oficial – municipal ou estatal – ou de uma elite política do que deve ser lembrado. Ou ainda: “Political elites use monuments to represent their dominant worldviews in space”⁷.

São marcos ou signos, que permitem uma dupla leitura: como um objecto em si e como um complexo relacional. Por um lado, podemos analisá-los como pontos, lendo-os na sua individualidade; por outro, investigando-os como conjunto, teremos uma leitura relacional, cruzando e confrontando os seus significados bem como estes e a cidade que os envolve e que lhes serve de cenário.

Este território, a avenida da Liberdade, instituiu-se como palco central para um conjunto de práticas e eventos comemorativos ou festivos durante o Estado Novo. De entre estes, os desfiles da Legião Portuguesa nas comemorações do 28 de maio (data do golpe militar que pôs fim à Primeira República, em 1926) ou o cortejo histórico de 1947, cuja direção artística foi entregue a Leitão de Barros. Como bem lembrou Paula Godinho, quando uma primeira versão desta comunicação foi discutida no seminário que organizamos, é aqui que, desde 1932 (e a partir de 1934-35 com a “institucionalização e folclorização de uma festa”⁸) se realizam as marchas dos santos populares, o que significa a abertura deste eixo central às classes subalternas, transformadas pelo olhar estetizante e domesticador do Estado Novo.

Na qualidade de palco central é também aqui que se desfila em Abril, comemorando a revolução e a democracia, na avenida que serviu o Estado Novo, como se de um movimento iconoclasta se tratasse, inscrevendo no espaço, um novo significado.

⁷ Bellantani, F. & Panico, M., “The meanings of monuments and memorials: toward a semiotic approach” (*Punctum*, 2, 1, 2016): 29.

⁸ Graça Índias Cordeiro, “Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista e pitoresca”, *Sociologia*, 13, (2003): 191.

No entanto e apesar deste espaço estar associado à celebração da liberdade, a manifestação de protesto convocada contra a violência policial reagindo aos acontecimentos do Bairro da Jamaica obrigam-nos a pensar as possíveis exclusões. A jornalista Fernanda Câncio, referindo-se à manifestação que teve lugar em janeiro de 2019, intitula a sua intervenção precisamente como “A Avenida da Liberdade não é para negros”⁹. Ou seja, elenca os dois factos: a manifestação maioritariamente constituída por jovens negros e atuação da polícia usando balas de borracha para a dispersar. Assim, este acontecimento que teve lugar neste território deve fazer-nos pensar na procura de visibilidade que traz estes corpos para um protesto em frente ao Ministério da Administração Interna e depois para a Avenida da Liberdade e ainda, de como é preciso pensar o próprio *direito à cidade*.

Assumindo, então, que este território inscreve uma versão do passado e nele se levaram a cabo cerimónias cívicas evocativas de determinadas visões da história, ou seja, reconhecendo a importância do *texto* e da *performance*¹⁰, a leitura que dele faremos é iminentemente política e privilegia os monumentos inaugurados antes do 25 de Abril de 1974¹¹.

ENCONTRO NO MARQUÊS

Quando se desce a avenida no 25 de Abril, fechada ao trânsito para a ocasião, o ponto de encontro é a rotunda do Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo, 1699-1782), crismada com o nome do estadista, ministro de D. José I, associado à reconstrução de Lisboa no pós terramoto de 1755 e à edificação da, significativamente nomeada, Baixa Pombalina. A ideia do monumento ao Marquês de Pombal surgiu no terceiro quartel de oitocentos, foi tornada pública nas comemorações do centenário da sua morte em 1882¹², e retomada durante a I República (1910-1926). Depois do concurso público para a criação do monumento,

⁹ Acedido a 2 de fevereiro de 2019, <<https://www.tsf.pt/opiniao/interior/a-avenida-da-liberdade-nao-e-para-negros-10475912.html>>.

¹⁰ Alderman, D. H. & Dwyer, O. J., “Memorials and Monuments”. In *International Encyclopedia of Human Geography*, vol. 7, editada por Kitchin R., Thrift N. (Oxford: Elsevier, 2009), 51-58.

¹¹ Depois do 25 de Abril, encontramos outras intervenções e monumentos neste território como a estátua de Simão Bolívar (oferecida pela comunidade portuguesa da Venezuela) e a obra de Rui Chafes, de 2008.

¹² Gabriela Carvalho, “Marquês de Pombal – uma rotunda, uma praça, um lugar de memória(s)”. *Revista Camões*, n.º 15/16, 2003.

a primeira pedra foi lançada em 1917¹³, mas a estátua só foi concluída em 1933 e inaugurada em maio de 1934, já durante o Estado Novo.

No cimo do pedestal de cerca de 40 metros, acima do térreo e do humano, a representação de Sebastião José de Carvalho e Melo em bronze, é acompanhada por um leão, tradicionalmente associado à força, determinação e ao poder. Escrito na pedra e no bronze aí está o herói, o homem providencial, *bigger than life* – também a historiografia, tantas vezes, o consagrou da mesma forma.

Sem descrever todo o monumento e os seus conjuntos escultóricos, gostaríamos de deixar três notas. Em primeiro lugar, no que diz respeito à leitura do mesmo: a sua escrita é erudita, convocando referências clássicas como Plutão, Poseidon e Minerva. As cenas representadas em forma de alegorias implicam ferramentas de leitura que podem não estar acessíveis a todas as comunidades. Ou seja, a interpretação do conjunto monumental pressupõe que se conheça a própria história de Portugal e as realizações do Marquês de Pombal.

Em segundo lugar, sendo um conjunto maioritariamente masculino (um monumento como este não é sempre um símbolo fálico?), a representação feminina aparece ou como encarnação da cidade¹⁴ – uma Lisboa reedificada – , ou como Minerva ou, ainda, como uma anónima trabalhadora das vindimas. As mulheres surgem como referências ideais ou arquétipos¹⁵. Estas imagens de mulheres são, na verdade, recursos estilísticos e não a representação de pessoas reais, com nome e história. Frequentemente, a sua nudez, o interdito na vida quotidiana (na qual o corpo está coberto), é utilizada para embelezar o conjunto. Servem para ser olhadas, enquanto objeto de desejo.

Em terceiro lugar, as classes trabalhadoras, os subalternos, aparecem lateralmente ilustrando, por exemplo, as indústrias e a agricultura, ou seja, explicando as realizações do Marquês de Pombal. No caso da agricultura, vemos uma jugada de bois e os corpos idealizados e estetizados das classes trabalhadores, com os músculos tensos, em plena atividade. São, claro está, anónimos e estão ali para iluminar as virtudes do grande homem, não sendo uma homenagem ao trabalho por si e em si.

Esta consagração do Marquês de Pombal é formal e erudita na sua linguagem, implicando, para a sua leitura integral, um leitor com determinados conhecimentos, mas, simultaneamente, pondo o Marquês de Pombal a uma altura significativa face ao solo, permite uma leitura imediata. Os materiais utilizados – pedra e bronze

¹³ Carvalho, “Marquês de Pombal...”.

¹⁴ Carvalho, “Marquês de Pombal...”, 190.

¹⁵ Cumpre aqui fazer referência à obra: Marina Warner, *Monuments and Maidens: The allegory of the female form*.

– são, por excelência, os reservados aos temas e personagens nobres. Inscreve o local, a cidade e a sua reconstrução, no nacional, numa construção identitária que remete para a historiografia que privilegia a atuação dos grandes homens de Estado como motores da mudança e da transformação. Mas quando os corpos se juntam no Marquês de Pombal prestes a iniciar o desfile evocativo da revolução, eles dizem o contrário da estátua. Ou seja, através da sua presença evoca-se a ideia de que o *Povo unido jamais será vencido* – para recuperar a palavra de ordem associada ao próprio processo revolucionário – relembrando que a história também se faz com agentes colectivos.

A solenidade do conjunto do monumento ao Marquês de Pombal não garante, contudo, a atitude reverencial ou respeitosa, provavelmente desejada pelos seus criadores, assumindo que é sempre possível existir uma diferença entre as intenções de quem desenhou ou planeou o monumento e os que o leem. Ou talvez, os que o ignoram. Devido à sua localização central na cidade de Lisboa e, por isso, com fáceis acessos, o Marquês de Pombal – rotunda e conjunto escultórico – foi apropriado para outros fins. Ou seja, se a importância da atuação política do Marquês de Pombal não parece importante a determinada comunidade, é fácil entender a possibilidade de subversão do espaço e dos seus significados. A construção de um monumento não garante, apesar da materialidade e, neste caso, da grandiosidade, a manutenção da sua relevância social. Afinal, memória e esquecimento, andam de mãos dadas.

A Rotunda, independentemente do significado histórico, simbólico e cultural nela inscrito, foi também o local de várias comemorações “vernaculares”: tomemos como exemplo a celebração da vitória no campeonato nacional de futebol, pelo Sport Lisboa e Benfica (SLB). Em 2013, noticiava-se a vandalização da estátua com a inscrição a vermelho: “Reservado SLB. Casal Ventoso. N.N.”¹⁶. Parecia, então, à claque do Benfica mais importante inscrever no espaço a sua expectativa de vitória do que ter qualquer tipo de atitude reverencial perante aquele vulto da história. Em 2014, o Marquês de Pombal foi vestido com uma camisola da equipa de futebol, o Sport Lisboa e Benfica, numa festa de vitória no final de campeonato. O *Marquês* constituiu-se, assim, como o lugar da festa associada à vitória de um dos clubes de Lisboa.

¹⁶ Acedido a 28 de janeiro de 2019: <<http://sicnoticias.sapo.pt/desporto/2013-04-30-estatua-do-marques-de-pombal-grafitada-com-frase-reservado-slb>>.

DESCER A AVENIDA

A rotunda do Marquês de Pombal é um ponto central na geografia política de Lisboa¹⁷. Historicamente é o lugar da revolução do 5 de Outubro de 1910, que implantou a República em Portugal. Partindo do *Marquês*, tantas vezes referido assim de forma indefinida, a manifestação do 25 de Abril, desce a avenida. Neste percurso, o primeiro encontro é com as 4 estátuas que fazem parte de um conjunto: Alexandre Herculano (1945), Almeida Garrett (1945), António Feliciano de Castilho (1945) e Oliveira Martins (1948). Estas estátuas, “(...) executadas pelos mais influentes escultores do Estado Novo (...)”, “(...) pontuam em pares e em paralelo, os extremos dos talhões da Av. da Liberdade onde ela se cruza com a Rua Alexandre Herculano”¹⁸.

Estes vultos da cultura portuguesa do século XIX foram aí colocados durante o Estado Novo, significativamente em 27 de maio de 1950 e em 27 de maio de 1952¹⁹. Podem ser lidos individualmente, mas sem nunca perder de vista que fazem parte de um conjunto, que tem uma coerência espacial, estilística e simbólica. O Estado Novo considerava o século XIX liberal como um momento desventuroso da história de Portugal e não era evocado pelas suas virtudes políticas. Não era, contudo, impossível inscrever no espaço as grandes figuras da cultura portuguesa. Estas, permitem, portanto, uma interpretação nacionalista. No caso de Oliveira Martins, e segundo Valentim Alexandre, as teses deste autor em relação à questão colonial influenciam muitas figuras doutrinárias do Estado Novo²⁰.

Sensivelmente, a meio da Avenida, do lado direito de quem desce, junto à rua do Salitre, encontramos o Monumento aos Mortos da Grande Guerra. A participação de Portugal no conflito europeu não deixou de abrir, ao tempo, profundas clivagens no campo político e na sociedade portuguesa. De qualquer das formas, a brutalidade do conflito esteve diretamente relacionada com as subseqüentes políticas de memória, comuns, aliás, aos países beligerantes. Projeto republicano, foi inaugurado durante o período da Ditadura Militar, em 1931. Na sua base, a

¹⁷ Em dezembro de 2018, os “coletes amarelos”, procurando reproduzir a dinâmica de protesto francesa (os “gilets jaunes”), convocando manifestações através das redes sociais para várias cidades, concentraram-se, em Lisboa na Rotunda do Marquês de Pombal. Sem relações expressas com partidos ou forças políticas, o seu objetivo era “Parar Portugal”.

¹⁸ Acedido a 28 de janeiro de 2019: <<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/almeida-garrett-estatua>>.

¹⁹ Acedido a 28 de janeiro de 2019: <<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/antonio-feliciano-de-castilho-estatua>>.

²⁰ Valentim Alexandre, “Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins”, *Análise Social*, vol. xxxi (135), (1996) (1.º).

inscrição: “Ao serviço da Pátria, o esforço da Grei”. Aliás, são as duas figuras masculinas que encontramos lateralmente que parecem suportar o peso do monumento. No conjunto escultórico uma figura feminina, a Pátria – que pode ser posta em contraponto com a peça do conjunto do Marquês de Pombal – homenageia o soldado português.

Fechada a ferida da questão da participação de Portugal na I Guerra Mundial – ou na tentativa de a esquecer –, os valores associados à instituição militar eram facilmente compagináveis com o Estado Novo. Seja como for, a sua existência na avenida da Liberdade não afrontava nem a leitura, nem a construção do complexo monumental e simbólico, nem as práticas comemorativas do Estado Novo. No entanto, a realização de manifestações de opositores e resistentes neste local²¹, mostra-nos tanto o significado simbólico do mesmo, como a possível polissemia e apropriação de um monumento.

Na praça no final da avenida, encontramos um obelisco de pedra, elevado a 30 metros, homenageando os Restauradores de 1640, inaugurado no final do século XIX²². “Ao nível do pedestal encontramos duas estátuas alegóricas de bronze (...) o Génio da Independência, figura masculina alada, que exhibe as correntes partidas do domínio estrangeiro; (...) o Génio da Vitória, figura feminina, que empunha na mão esquerda uma palma e na direita, erguida ao alto, uma coroa de louros”²³. Sem surpresa, trata-se de um texto nacionalista, evocando o fim da União Ibérica (1580-1640), e que relembra os grandes feitos, nomeadamente as batalhas da Restauração da independência. Não se centra numa figura histórica em particular, mas mobiliza um tema tradicional da historiografia.

Finalmente no Rossio, D. Pedro IV, com o uniforme de general, elevado em relação ao solo, tal como o Marquês de Pombal, relembra o século liberal, mas pacificando-o. De acordo com o *Guia de Portugal* há a resgatar a própria arqueologia do lugar: aí fora levantado por D. João IV, um monumento à Constituição, mais tarde destruído com o regresso do absolutismo e, mais tarde, em 1852, surgiu a ideia para o monumento a D. Pedro²⁴. Ou seja, naquele que foi o coração da cidade, e de acordo com os diferentes contextos políticos, lutava-se pela apropriação do

²¹ Encontramos a referência a uma manifestação oposicionista, no dia 11 de novembro de 1961, data em que se celebrava o armistício da I Guerra Mundial frente a este monumento.

²² Acedido a 28 de janeiro de 2019: <<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/restauradores-de-1640-monumento>>.

²³ Acedido a 28 de janeiro de 2019: <<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/restauradores-de-1640-monumento>>.

²⁴ Proença, R., *Guia de Portugal. Volume I: Generalidades, Lisboa e arredores* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4.^a ed. 2006 [Original de 1924. Lisboa: Biblioteca Nacional]).

espaço num movimento de criação e destruição de vários monumentos. A estátua construiu-se assim num lugar do dissídio e do combate.

A estátua de D. Pedro, inaugurada em 1870, é a imagem da vitória sobre os absolutistas, sem evocar figurativamente as lutas e dissensões, apaziguadas por este monarca “(...) coroadado de louros.”²⁵. Entre o solo e a imagem do rei, na base do pedestal, quatro figuras femininas que ilustram as virtudes de D. Pedro IV mas que não eram necessariamente associadas às mulheres enquanto mulheres reais e existentes: a fortaleza, a justiça, a moderação e a prudência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passíveis de subversão, é certo, os monumentos deste território nobre da cidade de Lisboa estão associados ao poder, evocando vultos do período monárquico, mas não necessariamente a monarquia em si, enquanto regime virtuoso. O Marquês de Pombal, que permite várias interpretações sobre a sua figura, pode evocar a modernidade e o poder de um estadista; os restauradores da independência em 1640 podem ser lidos como patriotas e os republicanos, aliás, não hesitaram em incluí-los na sua gesta heroica, aí inaugurando a nova bandeira nacional no primeiro de dezembro de 1910. Tratava-se, enfim, da “republicanização da Restauração”²⁶. No caso do rei Pedro IV a associação à monarquia é mais direta, sendo no entanto, uma monarquia liberal, tendo o monarca na sua mão a Carta Constitucional²⁷. Evocam também as grandes figuras do cânone cultural, figuras masculinas que serviriam para conferir legitimidade e prestígio ao espaço.

Este território pode ser visto como um processo de construção nacionalista identitária (sendo que a maioria dos monumentos analisados foi pensado ou inaugurado no final do século XIX). Na cidade capital²⁸ escrevem-se feitos e virtudes que, de distintas formas, podem servir diferentes regimes políticos.

Se lido como uma lição de história escrita na pedra, explicam-nos que esta é feita pelos grandes homens – aqui no sentido literal e que remete diretamente

²⁵ Acedido a 28 de janeiro de 2018: <<http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/artepublica/eescultura/pecas/Paginas/DPedroIV.aspx>>.

²⁶ Andrade, Luís Oliveira & Torgal, Luís Reis, *Feridos em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012).

²⁷ Acedido a 28 de janeiro de 2018: <<http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/artepublica/eescultura/pecas/Paginas/DPedroIV.aspx>>.

²⁸ Cochrane, Allan, “Making up meanings in a capital city power, memory and monuments in Berlin”, *European Urban and Regional Studies* (2006), 13 (1).

para o gênero. Os grandes feitos são definidores da forma como a história é escrita – e, neste caso, podemos dizer o mesmo da forma como o 25 de Abril é pensado. Guardámos as batalhas e os sacrifícios, sem esquecer, afinal, que a Grei está ao serviço da Pátria.

Quando se desfila pela Avenida no 25 de Abril, uma outra versão do que são os agentes de mudança afronta a solenidade e placidez destes monumentos-signos, deste texto erudito, positivista e tradicionalista. Com todo o seu vernáculo, o desfile do 25 de abril, relembra, pela união de corpos politizados, que a história se faz de homens e de mulheres, de coletivos, e de subalternos.

A história escrita na pedra é, assim, confrontada com as vozes – com as suas próprias divergências – que desfilam na rua, que gritam e que se manifestam. Esta pluralidade ecoa e confronta a singularidade dos grandes homens, lá em cima, distantes e solitários.

O desfile da comemoração do 25 de Abril que é feito neste complexo memorial, neste palimpsesto, relembra-nos a complexidade de que a escrita da história se pode revestir.